

Perguntas de Esclarecimento sobre o Vigésimo Quinto Concurso Interamericano de Direitos Humanos da Academia de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário

- 1. Quais são os parâmetros utilizados pela Corte Suprema de Justiça para considerar que a sentença ditada pelo Juiz Mariano Rex não está motivada, em relação a demanda de amparo impetrado pelo Presidente com respeito à proibição constitucional de reeleição (parágrafos 40 e 41)?**

A sentença ditada pelo Juiz Mariano Rex afirmou que o direito a eleger e ser eleito não era absoluto e, portanto, podia ser limitado por outros princípios constitucionais, como o princípio da alternância no poder. Após aplicar a técnica da ponderação, concluiu que a proibição da reeleição presidencial era uma limitação (i) idônea, (ii) necessária e (iii) proporcional.

A Corte Suprema de Justiça, após exercer a competência por atração sobre o caso, e revisar a sentença do Juiz Mariano Rex, não esteve de acordo com o item (iii) e considerou que a ponderação era incorreta, porque não tinha considerado que a lesão do direito de Obregón a ser reeleito era de “máxima gravidade”, devido a que o Presidente tinha só 35 anos e pela ampla aceitação de sua liderança política, expressada nos resultados da última eleição (67% dos votos no primeiro turno). Como consequência, a Corte sustentou que o Juiz Rex não tinha aplicado corretamente a técnica da ponderação no caso concreto, por não considerar a idade e a popularidade presidencial nas suas razões, e que, por isso, sua decisão não estava devidamente motivada.

- 2. Tendo em conta que a nota de rodapé no. 1 estabelece a existência de um Tribunal Constitucional e um Tribunal Supremo de Justiça como órgãos separados, como é o caso da organização do poder judiciário de Fiscalândia, especialmente em relação com os poderes jurisdicionais deste Tribunal Constitucional e os demais órgãos do poder judiciário - tribunais constitucionais (parágrafo 39), salas de apelação (parágrafo 39), tribunal de litígios administrativos (parágrafo 23) e tribunais regionais (parágrafo 8)?**

Em Fiscalândia não existe um Tribunal Constitucional (ver última versão do caso hipotético). A jurisdição em matéria constitucional é exercida através da Seção Constitucional da Corte Suprema, e pelo Pleno da Corte no caso das ações de inconstitucionalidade.

O Poder Judicial de Fiscalândia está organizado hierarquicamente da seguinte maneira:

- (i) Corte Suprema de Justiça (que inclui a Seção Cível, Penal, Contencioso Administrativa e Constitucional, além do Pleno)
- (ii) Salas de Apelações
- (iii) Juizados de primeira instância.

As Salas de Apelações e Juizados também têm especialidades cível, penal, contencioso administrativo ou constitucional.

Com respeito à distribuição territorial do Poder Judiciário no país, cada uma das 7 regiões fiscais tem a sua própria Corte Regional, composta por Salas de Apelações e Juizados. A Corte Suprema de Justiça de Fiscalândia está localizada em Berena, capital da República.

- 3. Considerando que Domingo Martínez assumiu o cargo de Procurador Geral da República em 15 de setembro de 2017 (parágrafos 36 e 37) e, portanto, Magdalena Escobar já não estava nesse cargo a partir desta data; como ela pôde apresentar uma denúncia perante o 40º Tribunal Penal de Fiscalândia em relação com a investigação META Correios em 10.15.2017, além de assinalar, na mesma data, que os membros da Unidade Especial estavam sendo assediados por Domingo Martínez, este último supostamente ainda na qualidade de chefe do organismo de controle interno da Procuradoria (parágrafo 22)?**

Domingo Martínez assumiu o cargo de Procurador Geral a partir de 16 de setembro de 2017 (ver resposta à pergunta 26), e ocupou o cargo de chefe do órgão de controle interno da Procuradoria Geral da República até o dia 15 de setembro de 2017. Desde essa posição, dedicou-se a enviar diariamente, solicitações de informação à Unidade Especial criada para investigar o caso dos META Correios, sobre assuntos administrativos e de gestão (cumprimento de prazos, arquivo e inventário de expedientes, informes de uso dos veículos alocados aos procuradores, etc.), o qual foi denunciado pela então Procuradora Escobar como um ato de assédio, na conferência de imprensa realizada em 13 de agosto de 2017 (ver última versão do caso hipotético que incorpora a correção das datas).

- 4. De acordo com os parágrafos 22 e 37 do caso, em que situação encontram-se os processos penais iniciados em 15 de outubro de 2017 perante o 40º Juizado Penal de Fiscalândia, particularmente desde a mudança de Procurador Geral?**

Assim que os 5 fiscais integrantes da Unidade Especial do Caso META Correios foram substituídos por decisão do Procurador Geral Domingo Martínez, a denúncia apresentada perante o 40º Juizado Penal de Fiscalândia continuou seu percurso processual, foram realizadas algumas audiências, mas ainda não foi emitida sentença de primeira instância. Apesar da insistência da imprensa, o Fiscal Martínez não tem informado publicamente sobre novos desenvolvimentos do inquérito nem sobre a informação fornecida pelas “novas testemunhas” mencionadas pela ex-Procuradora Escobar em conferência de imprensa.

- 5. No parágrafo 27 do caso, o Presidente Obregón usou a hashtag #EuSouCICIFIS em seus tuites referentes à nomeação do novo Procurador Geral. Em que situação encontra-se a criação da Comissão Internacional Contra a Impunidade em Fiscalândia (CICIFIS)?**

A assinatura de um acordo para a criação da Comissão Internacional Contra a Impunidade em Fiscalândia está sendo negociada pelo governo do Presidente Obregón com o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em sua conta de twitter, o Presidente Obregón tem declarado que trata-se de uma prioridade de seu governo.

6. Qual é a diferença entre um decreto presidencial extraordinário e um decreto presidencial ordinário em quanto à sua natureza jurídica e efeitos?

De acordo com a Constituição de Fiscalândia, o Presidente da República tem a faculdade de “ditar decretos extraordinários, em matéria económica, financeira ou de segurança interna ou externa, quando se trate de assuntos de interesse nacional, com a obrigação de informar a Assembleia Legislativa”. Os decretos presidenciais, ordinários e extraordinários têm ambos força e alcance de lei, e surtem efeitos desde o dia de sua publicação no Diário Nacional. O Decreto Presidencial Extraordinário de 14 de junho de 2017 foi justificado por razões de segurança interna.

7. As sentenças da Corte Suprema, são vinculantes para os tribunais de justiça inferiores e os atos da Administração, ou seus efeitos limitam-se às partes em juízo, i.e., são de efeito relativo?

As sentenças da Corte Suprema de Justiça e as interpretações que elas contêm são vinculantes para os tribunais inferiores nas matérias da sua especialidade. No caso das sentenças sobre matéria constitucional, são também vinculantes para todos os poderes públicos.

8. O parágrafo 29 faz menção às "Diretrizes para a avaliação das pessoas que aspiram ao cargo de Procurador Geral de Fiscalândia". Tais diretrizes estabeleceram critérios objetivos de pontuação para a avaliação dos candidatos e candidatas a procurador geral por parte da junta de postulação?

Dado que não foram publicados, desconhece-se o seu conteúdo.

9. As Juntas de Postulação consideravam um perfil idôneo vinculante para eleger entre as e os candidatos propostos para as ternas?

A Lei de Juntas de Postulação estabelece que “Uma vez instalada, a Junta aprovará as regras e diretrizes aplicáveis à avaliação de pessoas candidatas”. Desta maneira, em cada processo de seleção, e em cada oportunidade, cada Junta pode aprovar seus próprios parâmetros e ferramentas de avaliação, que poderiam incluir ou não, um perfil vinculante.

10. Qual foi o caráter do procedimento que motivou a destituição de Magdalena Escobar?

De acordo com o parágrafo 23 do caso hipotético, a Procuradora Escobar era uma procuradora de carreira e não foi formalmente destituída nem removida. Exerceu o cargo de Procuradora Geral desde a sua nomeação em 01 de setembro de 2005 até e inclusive 15 de setembro de 2017.

Posteriormente a essa data, solicitou à Direção da Carreira Fiscal da Procuradoria, retornar à posição de procuradora especializada em Crime Organizado que ocupava antes de ser nomeada como Procuradora Geral, mas, pela Resolução de 03 de outubro de 2017, assinada pelo Procurador Geral Domingo Martínez, sua solicitação foi rejeitada, e lhe foi atribuída a posição de procuradora no distrito de Morena, localizado a duas horas de Berena, um lugar caracterizado por altas taxas de violência perpetrada por gangues.

11. Em que momento efetuou-se a remoção definitiva de Magdalena Escobar do cargo de Procuradora Geral da República de Fiscalândia?

Ver resposta à pergunta 10.

12. Qual foi o resultado dos esforços realizados pela República de Fiscalândia na formação do “mecanismo internacional contra a impunidade” (Comissão Internacional contra a Impunidade em Fiscalândia, “CICIFIS”) mencionado no parágrafo 20?

Ver resposta à pergunta 5.

13. Quando Magdalena Escobar foi confirmada por um Decreto Presidencial emitido em 20 de março de 2008, o decreto significou que sua posição como Procuradora Geral converteu-se numa nomeação oficial / reconfirmada sob a nova constituição, ou o seu mandato continuou desde a sua nomeação original, e, portanto, mantém-se de forma transitória?

O Decreto Presidencial de 20 de março de 2008 estabeleceu somente o seguinte: “Fica disposto: RATIFICAR no cargo os titulares da Procuradoria Geral da República, Corte Nacional de Contas, Defensoria dos Habitantes de Fiscalândia e Conselho Judiciário, os quais serão mantidos em suas funções de conformidade com a Nona Disposição Transitória da Constituição Política de 2007. Publicar e arquivar”.

Este Decreto não se pronunciou sobre a duração ou natureza dos mandatos dos titulares de órgãos de controle que foram ratificados. Tampouco dispôs expressamente a renovação de seus mandatos.

14. O parágrafo 14 menciona que a Constituição de 2007 estabeleceu que os chefes dos órgãos de supervisão "permanecerão em seus postos de maneira transitória" sempre que cumpram com os requisitos estabelecidos para o posto, e que Magdalena Escobar foi confirmada em seu cargo mediante um Decreto Presidencial de 20 de março de 2008. Qual é o mandato de Magdalena de acordo com esse Decreto Presidencial? Trata-se do restante do período de 15 anos que lhe foi outorgado originalmente, ou foi renovado por outro período de 15 anos segundo o Decreto Presidencial de 2008?

Ver resposta à pergunta 13.

15. De acordo com o parágrafo 14, Magdalena Escobar foi nomeada Procuradora Geral em 1º de setembro de 2005 e foi ratificada em seu cargo em 20 de março de 2008, por Decreto Presidencial. Nestas circunstâncias, quais são os termos e o momento da ratificação?

Sobre os termos da ratificação, ver resposta à pergunta 13. Sobre o momento da ratificação, esta ocorreu em 20 de março de 2008.

16. O juiz Mariano Rex já era parte de outro procedimento judiciário ou administrativo, que decidiu destitui-lo de seu cargo sem a possibilidade de apelar pelos mesmos fatos do processo disciplinar que concluiu com a decisão de 1º de dezembro de 2017? Em caso negativo, qual foi a base perante a CIDH da suposta violação do artigo 8.4 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos?

O juiz Mariano Rex não era parte de outro procedimento judicial ou administrativo pelos mesmos fatos. Em seu relatório sobre o mérito, a CIDH somente invocou a violação do artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ver ajustes à última versão do caso hipotético).

17. Foi dada ao juiz Mariano Rex a oportunidade de expor as razões de sua decisão no caso dos direitos eleitorais durante sua defesa quando lhe foi outorgado o "tempo necessário para exercer o seu direito de defesa"?

Sim, ver resposta à pergunta 18.

18. O parágrafo 41 menciona que foi outorgado a Mariano Rex o tempo necessário para exercer o seu direito de defesa, mas não menciona se ele o fez. Mariano Rex realmente exerceu o seu direito à defesa, e qual foi o período / tempo exato dado para fazê-lo? O processo disciplinar é um juízo cível ou penal, dado que o artigo 8.4 foi invocado pelo petionário Mariano Rex e a linguagem do artigo 8.4 usa "Uma pessoa acusada ..."? Quais são as normas habituais para a destituição por motivos disciplinares para os juízes na República de Fiscalândia?

O procedimento disciplinar é um processo de natureza administrativa sancionadora que está regulamentado no Capítulo V ("Procedimento Disciplinar") da Lei Orgânica do Poder Judiciário de Fiscalândia. As faltas administrativas e as sanções estão regulamentadas no Capítulo IV da mesma lei.

De acordo com essas normas, a investigação disciplinar pode ser iniciada (1) por denúncia, (2) de ofício, (3) como resultado de uma indicação realizada pela Corte Suprema de Justiça, ou (4) como resultado de uma auditoria de controle realizada pelo Órgão Interno de Controle (OIC) do Poder Judiciário.

O titular do órgão interno de controle é o Juiz/a Supremo de Controle Interno, eleito/a pelos demais juízes da Corte Suprema mediante acordo do Pleno, para um mandato de dois anos. Uma vez eleito/a, desempenha seu cargo com independência, em período integral e está impedido/a de integrar qualquer Seção da Corte e o Pleno para resolver casos concretos.

A investigação disciplinar tem por objetivo recolher informação e evidência relacionada com a suposta falta administrativa cometida pelo juiz/a ou magistrado/a. É realizada sob sigilo pela Unidade de Investigação da OIC, órgão técnico de apoio do Juiz/a Supremo de Controle Interno, que goza de autonomia operativa.

A investigação conclui com um relatório que (i) sustenta a existência da conduta com base na evidência recolhida, (ii) qualifica a conduta vinculando-a à falta administrativa, (iii) sustenta a possível sanção a aplicar, e (iv) se for o caso, solicita a suspensão provisória do juiz/a o magistrado/a enquanto durar o processo disciplinar.

Este relatório é apresentado ao Juiz/a Supremo de Controle Interno para que o aprove. O processo disciplinar inicia-se quando o relatório é aprovado, e o processado/a é notificado/a, outorgando-lhe um prazo de 5 dias úteis para apresentar questionamentos formais ao relatório, e 10 dias úteis para exercer a sua defesa do mérito e apresentar provas.

Uma vez vencido o último prazo, o Juiz/a Supremo de Controle Interno cita o processado/a a uma “audiência de controle”, na qual se resolvem os questionamentos formais ao relatório, são admitidas as provas apresentadas pelo/a processado/a, dispõem-se os atos necessários para realizá-los, e se escuta o posicionamento da defesa. Uma vez terminada a atuação das provas o/a Juiz/a Supremo de Controle Interno informa ao Pleno da Corte Suprema de Justiça, o qual programa uma “audiência final sobre o mérito”, na qual expõem-se as provas e é apresentada a defesa final do juiz ou magistrado.

Após esta audiência, o Pleno da Corte Suprema de Justiça emite uma decisão. Para aplicar a sanção de suspensão ou destituição, é necessário contar com uma maioria qualificada de 2/3 de seus integrantes.

O juiz Mariano Rex exerceu efetivamente o seu direito de defesa, de acordo com o procedimento descrito. Assim mesmo, foi-lhe dada a oportunidade de expor o seu posicionamento perante o Pleno da Corte Suprema de Justiça, na “audiência final sobre o mérito”, por um lapso de 20 minutos.

19. De acordo com o parágrafo 41 do caso hipotético, qual foi a natureza dos procedimentos disciplinares interpostos contra o juiz Mariano Rex, incluindo se existe um código de conduta judicial que defina uma violação grave que inclua a obrigação de expor adequadamente as razões e qual foi a defesa do juiz Rex?

Sobre a natureza e regras do processo disciplinar, ver resposta à pergunta 18.

Não existe um Código de Conduta Judicial. As obrigações gerais dos juízes, assim como as faltas administrativas e as sanções aplicáveis estão regulamentadas na Lei Orgânica do Poder Judiciário de Fiscalândia. O artigo 15 da citada lei, assinala entre os deveres gerais dos juízes e magistrados “motivar devidamente suas sentenças e resoluções de acordo com o direito vigente”. Além disso, o artigo 55 estabelece: “São faltas administrativas graves: (...) Descumprir de forma grave e indesculpável o dever de motivar devidamente as sentenças e resoluções judiciais”. Finalmente, o artigo 62 estabelece que a falta administrativa grave corresponde à sanção de destituição.

Na sua defesa, o Juiz Mariano Rex sustentou que a diferença de critério com a Corte Suprema de Justiça não poderia ser considerada um descumprimento de motivar devidamente a sua

decisão, pois ao contrário, todo juiz ou magistrado cuja decisão for modificada pelos órgãos superiores, incorreria numa falta administrativa grave. Indicou que a autoridade disciplinar não tinha justificado o carácter “grave” e “indesculpável” do suposto descumprimento que lhe era imputado.

20. De acordo com o parágrafo 41 do caso hipotético, "após ter sido realizado o processo disciplinar contra ele [Juiz Mariano Rex], em que lhe foi concedido o prazo necessário para exercer a sua defesa, a Corte Suprema de Justiça resolveu destituir o Juiz Mariano Rex ". Neste contexto, a sanção por demissão surgiu do procedimento disciplinar antes mencionado ou foi, e sob quais circunstâncias, uma decisão da Corte Suprema sobre outro procedimento?

A sanção de destituição foi imposta dentro do processo disciplinar que começou logo após a investigação ordenada pela Corte Suprema de Justiça. Ver respostas às perguntas 18 e 19.

21. Tomando em consideração o estabelecido no parágrafo 41 do caso, O Juiz Mariano Rex conta com investigações e/ou antecedentes disciplinares diferentes à sanção objeto de debate na CIDH?

O Juiz Mariano Rex foi denunciado disciplinarmente em múltiplas oportunidades por decisões adotadas no interior dos processos de amparo que teve ao seu cargo como Juiz do Segundo Juizado Constitucional de Berena. Só em 2017, o Juiz Mariano Rex acumulou um total de 65 denúncias, e em 2017, somaram-se 96. A maioria dessas denúncias foram apresentadas por empresas extrativistas ou por autoridades municipais ou ambientais demandadas em relação aos processos de amparo promovidos em defesa do direito à consulta prévia. Quase todas as denúncias foram arquivadas preliminarmente devido à falta de sustentação; no entanto, em 2015 foi sancionado com uma Admoestação pela demora em resolver um expediente de amparo.

22. Os 26 juízes da Corte Suprema tomam posição em cada caso que lhes é apresentado e participam em todas as decisões finais da Corte?

Não. A Corte Suprema de Justiça exerce jurisdição em temas cíveis, penais e contencioso administrativo através de suas diversas Seções Cível, Penal e Contencioso Administrativa para revisar as decisões emitidas pelas Salas de Apelações, por meio de Recurso Extraordinário.

O Recurso Extraordinário é um remédio excepcional e somente procede contra as sentenças emitidas pelas Salas de Apelações que violem gravemente o direito a um devido processo.

Em matéria constitucional, a Corte Suprema resolve os Recursos Extraordinários através da sua Seção Constitucional, exceto no caso das ações de inconstitucionalidade, nas quais a competência corresponde ao Pleno da Corte.

Mesmo assim, o Pleno pode ser convocado pelo Presidente da Corte, a pedido de alguma de suas seções, quando exerce a sua competência por atração. Com respeito à competência por atração, ver respostas às perguntas 40 e 41.

Em matéria disciplinar, para aplicar as sanções de suspensão e destituição de juízes e magistrados, a competência corresponde ao Pleno da Corte.

23. Podem as decisões disciplinares da Corte Suprema serem impugnadas por uma ordem judicial de amparo?

De acordo com a Lei de Amparo de Fiscalândia, o amparo procede “contra toda ação ou omissão, por parte de qualquer funcionário, autoridade ou pessoa, que ameace ou infrinja os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela República de Fiscalândia”. Não existe uma causa de improcedência que impeça questionar, através do amparo, as decisões disciplinares emitidas pela Corte Suprema de Justiça de Fiscalândia.

24. No parágrafo 12 sobre as condiciones requeridas para servir como Procurador Geral, a quinta condição estabelece que "um candidato deve ter exercido a profissão durante pelo menos 10 anos no momento da solicitação". Seria possível especificar que tipo de experiências funcionais inclui o termo "profissão"?

O artigo 103 da Constituição Política refere-se à profissão de advogado.

25. No parágrafo 13, a Corte Suprema estabeleceu que "quando não for especificada a duração do mandato de um funcionário público, é um compromisso para a vida toda". O presidente mesmo pode especificar a duração do mandato quando nomeia esse funcionário público?

Não. A duração dos mandatos dos altos funcionários do Estado está estabelecida pela Constituição Política, e não pode ser estabelecida discricionariamente pelo funcionário que realiza a nomeação. Em sua sentença 0067-2003 de 13 de agosto de 2003, a Corte Suprema estabeleceu que quando a Constituição não estabelece a duração do mandato de um funcionário público, trata-se de um mandato vitalício. A duração do mandato no cargo de Procurador Geral não foi estabelecida na Constituição de 2007.

26. Qual é a data em que o Procurador Domingo Martínez assumiu o cargo de Procurador Geral?

Domingo Martínez assumiu o cargo de Procurador Geral em 16 de setembro de 2017.

27. Qual é a base para a apresentação das denúncias contra o juiz Angel Lobo?

As denúncias interpostas contra o Presidente da Corte Suprema de Justiça, Ángel Lobo, sustentam que, no caso de Amazonas Alto, tinha conformado a corte regional com um magistrado com quem teria laços de parentesco. No caso de Amazonas Baixo, foi denunciado que uns dias antes de que devesse ser resolvido um importante caso cível iniciado por uma comunidade indígena contra uma empresa de exploração petrolífera sobre a propriedade coletiva de terras, na qualidade de Presidente da Corte Suprema de Justiça, Ángel Lobo tinha emitido uma resolução transferindo o Presidente dessa corte regional a outra zona do país, e nomeado em seu lugar, a um magistrado transferido desde Amazonas Alto, cujos votos favoreciam de maneira consistente às indústrias extrativistas.

28. Quais medidas têm tomado o poder executivo de Fiscalândia perante a revelação de áudios?

Além de propor a criação de uma CICIFIS, o Presidente Obregón informou numa conferência de imprensa que ordenaria a criação de um “Instituto para Recuperar a Honestidade na Administração Pública” (IPRH), que se encarregaria de capacitar os funcionários públicos em matéria de anticorrupção a nível nacional.

29. No documento "Convocatória pública para a Eleição do Procurador Geral da República de Fiscalândia," arts. 15-20 da Lei 266 de 1999 (Lei de Juntas de Postulação), estes artigos (ou quaisquer outros artigos mencionados anteriormente) permitem a discricção da Junta para eleger os critérios para avaliar os candidatos, como é descrito no parágrafo 31 do caso hipotético?

Sim. Ver resposta à pergunta 9.

30. Quais foram as recomendações feitas pela CIDH à República de Fiscalândia nos casos das petições 110-17 (Magdalena Escobar) e 209-18 (Maricruz Hinojoza e outros)?

Recomendações da CIDH no relatório de mérito correspondente à petição 110-17 (Magdalena Escobar vs. República de Fiscalândia)

1. Reincorporar a vítima ao cargo de Procurador Geral, do qual não deveria ter sido separada. No caso de que essa não seja a vontade da vítima ou de que existam razões objetivas que impeçam a reincorporação, que o Estado pague uma indenização por este motivo.
2. Encaminhar os processos penais, administrativos ou de qualquer caráter que sejam necessários, de maneira imparcial, efetiva e dentro de um prazo razoável, com o objetivo de determinar possíveis interferências indevidas nas investigações penais que motivaram a separação da vítima do cargo que vinha ocupando, assim como para estabelecer as responsabilidades que correspondam.
3. Adotar medidas de não repetição para evitar que no futuro produzam-se fatos semelhantes, em particular:

- Garantir regras claras em relação à natureza e duração dos mandatos de todas as altas autoridades do Estado, e particularmente dos titulares das instituições de controle, dentre elas, a Procuradoria Geral da República.
- Adotar, dentro de um prazo razoável, as medidas para eliminar a situação de transitoriedade das altas autoridades nomeadas com anterioridade à mudança constitucional de 2007, garantindo o seu direito a um devido processo, assim como a aceder ao cargo definitivo em condições de igualdade.
- Garantir a observância dos padrões internacionais na eleição de altas autoridades de sistema de justiça.

Recomendações da CIDH no relatório de mérito correspondente à petição 209-18 (Maricruz Hinojosa e Outras vs. República de Fiscalândia)

1. Publicar, toda a documentação original relativa ao processo de seleção de Procurador Geral no qual participaram as vítimas, incluindo todos os acordos adotados pela Junta de Postulação, as diretrizes para a avaliação, as qualificações outorgadas, os expedientes de avaliação da totalidade dos candidatos, as atas de deliberação, entre outras, de maneira completa e acessível para a cidadania.
2. Reparar o dano econômico e moral ocasionado às vítimas mediante o pagamento de uma indenização, caso existam razões objetivas que impeçam a reintegração ao processo de seleção.
3. Levar adiante os processos penais, administrativos ou de qualquer tipo que sejam necessários, de maneira imparcial, efetiva e dentro de um prazo razoável, com o objetivo de determinar possíveis irregularidades na conformação da terna, no processo de seleção do Procurador Geral, assim como para estabelecer as responsabilidades que correspondam.
4. Adotar medidas de não repetição para evitar que no futuro ocorram fatos semelhantes, em particular:
 - Regulamentar mecanismos que garantam a transparência e publicidade dos atos das Juntas de Postulação, assim como mecanismos efetivos que permitam o escrutínio social dos processos de avaliação de sua responsabilidade.
 - Regulamentar um regime de prestação de contas e responsabilidades dos integrantes das Juntas de Postulação.
 - Regulamentar mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades das mulheres para o acesso a altos cargos no sistema de justiça.
 - Garantir a existência e o acesso a um recurso efetivo para questionar de maneira efetiva e oportuna a violação das normas e padrões aplicáveis aos processos de seleção de altas autoridades, assim como as designações derivadas delas.

31. Sabendo que o Gabinete do Procurador Geral está integrado ao Poder de Auditoria, existe algum procedimento ou recurso deste Poder que Magdalena Escobar ou Maricruz Hinojoza e outros pudessem ter utilizado nas suas reclamações contra o Estado de Fiscalândia?

A Lei 266 de 1999 estabelece que as Juntas de Postulação são entidades temporais que funcionam de maneira independente, e não existe previsão de nenhum mecanismo de prestação de contas para seus integrantes. Como alguns deles não são funcionários públicos, tampouco estão sujeitos ao regime geral de responsabilidades e auditorias para este tipo de funcionários.

32. Qual é a natureza jurídica, o procedimento e os efeitos de uma sentença no procedimento de nulidade?

O Processo de Nulidade é um processo judicial, que é processado na via contencioso-administrativa, e cujo objetivo é o controle judicial dos atos ou omissões realizados pela Administração Pública sujeitos ao direito administrativo, assim como a proteção efetiva dos direitos e interesses das pessoas administradas.

A demanda é apresentada perante os Juizados Contencioso Administrativos, que resolvem em primeira instância. Contra a sentença, é possível interpor um recurso de apelação, que é resolvido pelas Salas de Apelações. Finalmente, existe um Recurso Extraordinário perante a Corte Suprema de Justiça, que pode ser apresentado quando a sentença das Salas de Apelações tenha infringido as garantias do devido processo.

Através do Processo de Nulidade, é possível obter uma sentença que:

1. Declare nula ou ineficaz a atuação da Administração Pública, de forma total ou de parte dela.
2. Reconheça e/ou reestabeleça o direito ou interesse protegido pelo Direito, e decrete à Administração Pública que adote as medidas que sejam requeridas para isto.
3. Determine que a Administração execute uma determinada atuação ou medida estabelecida na lei.

33. Quais são os esforços realizados pelo Estado de Fiscalândia para promover a igualdade de gênero, especialmente com respeito ao acesso à educação e emprego?

Existe na Assembleia Legislativa uma iniciativa de Lei de Paridade de Gênero impulsionada pelo grupo parlamentar de #MenosÉMais e apoiada pelo Partido Anti-patriarcal, que está sendo estudada pela Comissão da Constituição. Esta iniciativa busca, entre outras coisas, garantir a igualdade de oportunidades para o acesso à função pública pelas mulheres e propõe uma cota garantida de 30% nos órgãos de composição colegiada da Administração Pública. O Presidente da Suprema Corte de Justiça, Ángel Lobo, tem afirmado em diversos meios de comunicação que impor esta medida legislativa aos órgãos do sistema de justiça poderia prejudicar a garantia da independência judiciária.

34. Qual é a história dos procedimentos disciplinares contra Mariano Rex?

Ver resposta à pergunta 21.

35. Sob quais fundamentos a CSJ rejeitou o recurso extraordinário apresentado por Hinojosa e del Mastro?

A sentença emitida pela Segunda Sala de Apelações de Berena rejeitou a demanda de amparo pelas mesmas razões que o Segundo Juizado Constitucional de Berena: que a nomeação do Procurador Geral era uma potestade soberana do Poder Executivo que não podia ser objeto de controle pela via do processo de amparo.

Diante do fato, Maricruz Hinojosa e Sandra del Mastro apresentaram um Recurso Extraordinário perante a Corte Suprema de Justiça, sustentando-o com dois argumentos: (i) Primeiro, que as sentenças anteriores geravam um efeito de insegurança face às violações à lei cometidas pelo Executivo na designação, (ii) Segundo, que as sentenças tinham uma motivação defeituosa, porque o argumento da potestade soberana não poderia ser aplicado aos atos realizados pela Junta de Postulação, mas somente aos do Presidente da República.

A Corte Suprema de Justiça rejeitou o Recurso Extraordinário por razões de mérito, argumentando que a designação do Procurador Geral era um ato político do Presidente da República não regulado pelo Direito, e, portanto, a impossibilidade de questionar sua validade não podia gerar uma situação de “negação de processo ampara” para o demandante. Com respeito ao segundo argumento, a Corte sustentou que as Juntas de Postulação eram “entidades intermediárias” que não formavam parte da Administração Pública, pelo que seus atos não podiam ser questionados por meio do Processo de Nulidade.

36. O protocolo e a avaliação para as entrevistas a serem feitas a postulantes ao cargo de procurador geral foram aprovados por acordo fundamentado pela Junta de Postulação?

Desconhece-se se as diretrizes aprovadas na terceira sessão da Junta de Postulação incluíam um protocolo e critérios de avaliação para as entrevistas, pois tratou-se de um documento interno de trabalho que não foi publicado. No início da etapa de entrevistas, em cada uma das sessões, a Junta dedicou alguns minutos para explicar a duração e metodologia que seria seguida durante as mesmas. Ver resposta à pergunta 9.

37. O que prevê a lei da Junta de Postulação sobre a reserva de suas sessões, deliberações ou disposições?

O Artigo 2 da Lei 266 de 1999 estabelece: “As Juntas de Postulação realizarão a pré-seleção de candidaturas de acordo com os princípios de transparência, mérito, moralidade, honestidade, eficiência e participação cidadã”. Não contém previsões *específicas* no que diz respeito à reserva das sessões, deliberações ou disposições adotadas pelas Juntas. O conteúdo *geral* da lei das Juntas de Postulação é descrita na nota de rodapé 1 do Caso Hipotético.

38. Tomou a comunidade Fiscalense conhecimento das perguntas realizadas pela Junta de Postulação a cada uma das pessoas postulantes e suas respectivas respostas?

Dado que as sessões de entrevistas foram abertas ao público (parágrafo 34 do caso hipotético), as organizações da sociedade civil reportaram algumas das perguntas e respostas através das redes sociais, e os meios de comunicação informaram à cidadania a respeito de alguns candidatos e candidatas controversos. Foi permitido que os meios de comunicação pudessem gravar as sessões, mas estas não foram transmitidas ao vivo por meios oficiais.

39. Quais sanções ou avisos prevê a legislação Fiscalense para as/os juízes/as que não cumpram o seu dever de motivar devidamente as suas sentenças?

Ver resposta à pergunta 19.

40. Com fundamento em qual argumento jurídico presente no ordenamento Fiscalense a Corte Suprema decidiu atrair para si a causa que versava sobre a possibilidade de reeleição do presidente Obregón?

Ver resposta à pergunta 41. O caso do amparo apresentado pelo Presidente Obregón foi atraído sob a causa de “grande impacto social”.

41. Quais são os critérios para que a Corte Suprema de Justiça possa atrair um caso e onde está regulamentado?

A faculdade de atração da Corte Suprema de Justiça está regulamentada no Art. 100 da Constituição Política de Fiscalândia. Trata-se de uma faculdade discricionária que pode ser exercida “quando a controvérsia for de interesse geral ou de grande impacto social”.

42. O Estado de Fiscalândia deu resposta à denúncia pública realizada pela Transparência Fiscalândia na Audiência Pública perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos? Se sim, quando foi dada a resposta e em que consistiu?

O Estado de Fiscalândia não compareceu à audiência pública perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

43. Como estão tipificados os delitos de corrupção e tráfico de influências na República de Fiscalândia?

O fenômeno da corrupção está tipificado sob a forma de diversos delitos no Código Penal de Fiscalândia. Um deles é o tráfico de influências. Outros delitos regulamentados são a Corrupção Ativa e Passiva, Peculato, Apropriação Indevida de Fundos, Nepotismo, entre outros.

O delito de Tráfico de Influências é cometido por “toda pessoa que, por si mesma ou por um terceiro, ou atuando como intermediário, influa num funcionário público competente para obter dele um benefício indevido, para si ou para um terceiro, valendo-se para isso da sua posição hierárquica, cargo, posição, ou vínculo pessoal”.

44. Parágrafo 37: Quem nomeia o chefe do órgão de supervisão interna do gabinete do Procurador Geral?

O titular do órgão de controle interno da Procuradoria é nomeado pelo Pleno da Corte Nacional de Contas.

45. Quais são as causas graves e justificadas pelas quais o Presidente de Fiscalândia pode retirar do cargo o Procurador Geral?

As causas graves pelas quais o Presidente pode remover o Procurador Geral estão regulamentadas na Lei Orgânica da Procuradoria Geral e são as seguintes:

1. Incapacidade física ou moral permanente.
2. Cometer ou permitir o cometimento de graves violações aos direitos humanos reconhecidos pela República de Fiscalândia.
3. Ter sido condenado por crime doloso.
4. Incurrir em infrações graves à Constituição e às leis, afetando os princípios básicos do sistema democrático.
5. Utilizar em benefício próprio ou de terceiros, informação confidencial ou reservada à qual tenha acesso em razão do cargo, ou às faculdades de investigação e persecução penal, afastando-se da proteção do interesse público.

46. Em que ano ratificou Fiscalândia a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos?

Em 20 de setembro de 1980.

47. No parágrafo 19 do caso hipotético, o Presidente Obregón indicou que o mandato atual do Procurador Geral era transitório e que era necessário fazer uma nova nomeação permanente. Quantos chefes de órgãos de supervisão que permaneceram no cargo de forma transitória foram substituídos e, sendo assim, por qual procedimento e por quantas mulheres?

Ver resposta à pergunta 62. Só foram nomeadas duas mulheres para integrar o Conselho Judiciário.

48. Durante o transcurso das carreiras de Hinojoza e del Mastro como procuradores, foram investigados casos de violações graves de direitos humanos. Algumas destas investigações envolveu o presidente, seus familiares ou amigos?

Não.

49. Após a destituição do Juiz Mariano Rex em 1º de dezembro de 2017 existiu alguma outra atuação disciplinar contra ele pelos mesmos fatos?

Após a destituição do Juiz Rex, as denúncias disciplinares cujo processo estava em curso foram arquivadas.

50. Existe no ordenamento Fiscalense alguma lei de cotas ou lei relativa à igualdade de gênero que consagre o dever do Estado de garantir a participação mínima de mulheres na terna para Procurador Geral ou em outra função pública?

Ver resposta à pergunta 33.

51. Quais recursos procedem diante das sanções de suspensão e destituição da Corte Suprema de Justiça do Estado de Fiscalândia e como é o seu procedimento para resolvê-lo?

Contra as sanções de suspensão e destituição impostas pelo Pleno da Corte Suprema de Justiça somente cabe o recurso de reconsideração, que é apresentado perante o próprio Pleno.

52. O parágrafo 38 trata do desafio de Maricruz Hinojosa e Sandra del Mastro ao procedimento de nomeação para Domingos Martínez. Neste desafio, os candidatos à Procuradoria Geral da Nação alegam violação da liberdade de expressão baseada em alguma etapa do procedimento da junta eleitoral ou discriminação em relação às suas atividades profissionais anteriores como procuradoras?

Nem Maricruz Hinojosa nem Sandra del Mastro alegaram nenhuma violação aos seus direitos antes de 15 de setembro de 2017, posto que nesse momento souberam que não tinham sido consideradas na terna, e conheceram da nomeação de Domingo Martínez como Procurador Geral.

53. Qual é a duração do mandato da Assembleia Legislativa de Fiscalândia?

O mandato da Assembleia Legislativa de Fiscalândia é de 5 anos.

54. Qual foi o método de qualificação utilizado para determinar a pontuação outorgada aos postulantes que já trabalhavam na Procuradoria, com respeito ao exame de conhecimentos do qual foram automaticamente exonerados?

Lhes foi outorgado o máximo da pontuação possível para o exame de proficiência (100 pontos).

55. Em qual etapa encontra-se o inquérito dos “META correios” e quais têm sido os avanços da nova Unidade Especial?

Ver resposta à pergunta 4.

56. No contexto do processo disciplinar descrito nos parágrafos 40 e 41 do caso, quem é responsável por iniciar um inquérito contra um magistrado? Neste caso, foi a autorização em relação com o caso do Sr. Mariano Rex feita por tal autoridade?

Ver resposta às perguntas 18 e 19.

57. Durante o processo disciplinar contra o Sr. Mariano Rex, quais foram especificamente os direitos que lhe foram conferidos?

Ver resposta às perguntas 18 e 19.

58. No contexto dos parágrafos 31 e 32 do caso, qual pontuação obtiveram as Sras. Maricruz Hinojoza e Sandra del Mastro? Qual é a justificativa para que a lista enviada ao Presidente de Fiscalândia esteja composta por candidatos classificados 18, 21 e 25 respectivamente, mas não os primeiros três candidatos classificados?

Na etapa de qualificação de antecedentes, Maricruz Hinojoza e Sandra del Mastro obtiveram 89 e 85 pontos de 100 pontos possíveis, respectivamente.

A conformação da terna foi decidida pela Junta de Postulação logo após a deliberação reservada que foi realizada ao término da última sessão de entrevistas realizada em 15 de setembro de 2017, e anunciada em conferência de imprensa. Desconhecem-se os termos das deliberações, a justificativa da terna, e a possível variação da ordem de precedências após as entrevistas, posto que isso não é de conhecimento público.

59. Os parágrafos 32 e 36 mencionam as classificações dos solicitantes para o posto de Procurador Geral durante o processo de seleção. O parágrafo 32 estabelece que Maricruz Hinojoza e Sandra del Mastro ocuparam primeiro e segundo lugar na classificação antes da etapa da entrevista e o parágrafo 36 menciona a classificação dos candidatos pré-selecionados cujos nomes finalmente foram enviados ao Presidente. As classificações de Maricruz e Hinojoza permaneceram no top 2 inclusive após a entrevista? Se não, para quais postos classificaram?

Ver resposta à pergunta 58.

60. Mudou o número de juízes e a composição da Corte Suprema de Justiça da Nação depois do golpe que derrocou o presidente Ramiro Santa María? Estava o juiz Ángel Lobo na Corte Suprema antes da nova Constituição Política ou foi eleito pela Assembleia Legislativa depois de 2007?

Todos os juízes da Corte Suprema de Justiça foram removidos de seus cargos em 2005 durante o golpe de Estado. A Assembleia Constituinte de 2006 teve, entre suas obrigações, nomear juízes transitórios para cobrir as vagas e permitir o funcionamento da Corte Suprema de Justiça. A atual composição da Corte Suprema de Justiça, incluindo o Juiz Angel Lobo, foi eleita pela

Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 2010, seguindo o procedimento previsto na Lei de Juntas de Postulação.

61. A composição da Assembleia Legislativa de Fiscalândia consiste atualmente numa maioria de governo ou oposição? O partido # MenosÉMais participou no golpe de 2005?

O partido #MenosÉMais não participou no golpe de Estado, pois foi constituído em 2014. A atual composição da Assembleia Legislativa não tem uma maioria de governo e é a seguinte:

Força política	Número de parlamentares
Partido ParemAgoraAFarsa	35
Partido Anticorrupção	12
Partido Nacional pela Vida e a Família de Fiscalândia	10
Partido MenosÉMais	8
Partido Social Futurista	8
Partido Anti-patriarcal	8
Partido Ecologista	8
Partido Todas e Todes	8
Total	97

62. Além do cargo de Procurador Geral, outros funcionários em postos de transição também passaram pelo processo de remoção determinado pelo presidente Javier Obregón?

A Procuradora Geral Magdalena Escobar não foi formalmente destituída ou removida (ver resposta à pergunta 10).

Os integrantes do Conselho Judiciário, que foram ratificados junto com Magdalena Escobar mediante Decreto Presidencial de 20 de março de 2008, foram substituídos no vencimento dos seus mandatos originais (quer dizer, computando-se o prazo dos seus mandatos de acordo com as normas constitucionais anteriores a 2007), para o qual seguiu-se o procedimento previsto na Lei de Juntas de Postulação de 1999. Estes processos não foram questionados nem impugnados legalmente, nem pelos ex-conselheiros, nem por nenhuma autoridade ou pessoa.

Contudo, a Defensoria dos Habitantes de Fiscalândia, também ratificada em 20 de março de 2008, continuou exercendo funções além do vencimento do seu mandato original de 3 anos, por até 3 anos adicionais, e foi substituída após renunciar voluntariamente ao cargo, seguindo o procedimento previsto na Lei de Juntas de Postulação.

63. A norma de não reeleição aplicava-se a todos os funcionários públicos (por exemplo, juizes, deputados e membros dos órgãos de controle) ou somente ao Presidente da República?

Somente ao Presidente da República.

64. No processo de seleção do cargo de Procurador da República, qual é o peso de cada etapa na colocação final e quais são os critérios avaliados em cada uma delas? Quais qualificações obtiveram os candidatos Hinojoza, del Mastro e os candidatos aprovados?

O peso relativo das diversas etapas do processo de seleção é o seguinte: Avaliação de conhecimento (30%), Avaliação de Antecedentes (30%), Entrevista (40%).

As qualificações obtidas foram as seguintes:

Pessoa candidata	Avaliação de proficiência	Avaliação de antecedentes	Entrevista
Maricruz Hinojosa	100	89	Desconhece-se
Sandra del Mastro	100	85	Desconhece-se
Domingo Martínez	65	60	Desconhece-se
Membro #2 da terna	72	57	Desconhece-se
Membro #3 da terna	70	65	Desconhece-se

Sobre os critérios de avaliação, ver respostas às perguntas 9, 36 e 58.